

“Democracia racial? Nada disso!”: uma contribuição de Lélia Gonzalez para o jornal Mulherio¹

Thais Micaelle Ferreira GUIMARÃES²

Mestranda

Ana Regina RÊGO³

Doutora

Universidade Federal do Piauí, UFPI

Resumo

O presente artigo interpreta o artigo escrito pela pesquisadora e intelectual Lélia Gonzalez e publicado no jornal Mulherio no ano de 1981, onde ela questiona o mito da democracia racial criado no Brasil. Para compreensão e interpretação do observável utilizamos o círculo hermenêutico pautado pela hermenêutica da consciência histórica proposta por Paul Ricoeur (2010).

Palavras-chave: História da Mídia Impressa; Jornal Mulherio; Democracia racial.

1. Introdução

A história do povo negro e do povo não branco no Brasil vive à sombra do mito da democracia racial, que consiste na ideia de que não existe racismo no país e que, mesmo no período colonial, a exploração desses povos não se deu de maneira tão cruel.

Os defensores dessa democracia racial negam a existência de discriminação racial, sob o argumento de que o Brasil é um país miscigenado, portanto, não haveriam “raças definidas”. Essas pessoas ignoram que a miscigenação que apregoam é fruto justamente da exploração sofrida por mulheres negras, que foram sistematicamente estupradas pelos senhores da casa-grande.

E por falar em casa-grande, toda essa ideia de que não existe racismo no Brasil ganhou força após a publicação de Casa Grande & Senzala (1933), de Gilberto Freyre. Esse autor, dentre outras coisas, afirmou que o povo escravizado aceitou passivamente a escravização. E para fazer frente a essas ideias que dão sustentabilidade à sociedade racista brasileira é que vozes têm se levantado no decorrer da história. Uma delas é a intelectual Lélia Gonzalez, mulher negra, pesquisadora e política que, com sua extensa obra e grande atuação nos

1 Trabalho apresentado no GT História da Mídia Impressa, integrante do XIII Encontro Nacional de História da Mídia.

2 Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Comunicação (PPGCOM) da UFPI. E-mail: thaismicaelle@gmail.com

3 Doutora em Comunicação e Cultura. Professora do PPGCOM - UFPI. Orientadora do trabalho. E-mail: anareginarego@gmail.com

movimentos sociais, contribuiu nas reflexões sobre negritude, feminismo, classe e outras pautas que atravessam esses temas.

Diante disso, o presente trabalho tem como objetivo analisar o artigo “Democracia racial? Nada disso!”, escrito por Lélia Gonzalez e publicado no jornal feminista *Mulherio*, em 1981. A análise utiliza como processo metodológico o círculo hermenêutico elaborado com base na hermenêutica da consciência histórica proposta por Paul Ricoeur (2010).

Para tanto, dividimos o artigo em duas partes, na primeira, trazemos a questão da negritude e do mito da democracia racial e também apresentamos o jornal feminista *Mulherio*. Na segunda parte detalhamos o conceito de círculo hermenêutico segundo Ricoeur e partimos para a análise do escrito de Lélia Gonzalez, utilizando esse processo analítico-interpretativo.

2. A questão da negritude no jornal *Mulherio*

Não há como se falar sobre negritude no Brasil sem levar em consideração o mito da democracia racial. Joaze Bernardino (2002), em seu trabalho a respeito das ações afirmativas no contexto brasileiro de relações raciais, afirma que “a construção da nação brasileira está estruturada dentre outras coisas a partir do mito da democracia racial”, (p. 249, 2002).

Bernardino aponta que o mito da democracia racial não nasceu com a publicação de *Casa-Grande & Senzala* de Gilberto Freyre em 1933, mas foi através dessa obra que o conceito ganhou sistematização e status científico.

O mito da democracia racial ganhou sua elaboração acadêmica e alcançou o seu clímax por meio de Gilberto Freyre em seu *Casa Grande & Senzala* (1933), uma obra que viria a moldar a imagem do Brasil. Embora Freyre destaque o caráter sadomasoquista da cultura brasileira, o sadismo da casa-grande personificado no senhor de engenho e o masoquismo da senzala materializado na figura do escravo, o tom da sua obra é de otimismo em relação a um ambiente social gestado durante a fase colonial brasileira que favorece e é propício à ascensão social do mulato⁴, tipo que tenderia a caracterizar num futuro próximo o Brasil. (BERNARDINO, 2002, p. 251)

Essa leitura corrobora com a de Lélia Gonzalez (1988), quando esta fala do conceito de racismo por denegação, que seria a negação de que existiria racismo em uma sociedade. Esse pensamento é típico das sociedades de origem latina, fruto do mito da democracia racial.

4 O termo mulato (a) não é mais utilizado, por ser considerado como uma expressão racista e pejorativa.
<<https://www.geledes.org.br/18-expressoes-racistas-que-voce-usa-sem-saber/>>

No caso das sociedades de origem latina, temos o racismo disfarçado ou, como eu o classifico, o racismo por denegação. Assim, prevalecem as “teorias” da miscigenação, da assimilação e da “democracia racial”. A chamada América Latina que, na verdade é muito mais ameríndia e amefricana do que outra coisa, apresenta-se como o melhor exemplo de racismo por denegação. (GONZALEZ, 1988, p. 72)

Gonzalez também nos apresenta o conceito de amefricanidade, expressão que se contrapõe a ideia imperialista de que a América Latina tenha sido formada (histórica e culturalmente) exclusivamente sob um viés branco e europeu. A autora exalta as influências africanas e indígenas na formação do povo latino. Para ela, reconhecer tais influências significa “reconhecer um gigantesco trabalho de dinâmica cultural que não nos leva para o lado do Atlântico, mas que nos traz de lá e nos transforma no que somos hoje: amefricanos”, (GONZALEZ, 1988, p. 79).

E é nessa perspectiva que Bernardino (2002) vai além, quando soma ao mito da democracia racial a tese do branqueamento compartilhada pela elite brasileira, sustentada por uma diminuição evidente da população brasileira negra em relação a população branca, fenômeno justificado, entre outros fatores, por uma taxa de natalidade e expectativa de vida mais baixas e também devido ao fato de a miscigenação passar a produzir uma população cada vez mais branca.

A “ideologia do branqueamento”, como crava Gonzalez (1988), seria uma espécie de racismo mais sofisticado, capaz de, sutilmente, manter negros e indígenas em condição de inferioridade.

O racismo latinoamericano é suficientemente sofisticado para manter negros e índios na condição de segmentos subordinados no interior das classes mais exploradas, graças à sua forma ideológica mais eficaz: a ideologia do branqueamento. Veiculada pelos meios de comunicação de massa e pelos aparelhos ideológicos tradicionais, ela reproduz e perpetua a crença de que as classificações e os valores do Ocidente branco são os únicos verdadeiros e universais. Uma vez estabelecido, o mito da superioridade branca demonstra sua eficácia pelos efeitos de estilhaçamento, de fragmentação da identidade racial que ele produz: o desejo de embranquecer (de “limpar o sangue”, como se diz no Brasil) é internalizado, com a simultânea negação da própria raça, da própria cultura. (GONZALEZ, 1988, p. 73)

Bell Hooks (2019) também formula a respeito da superioridade branca, que ela chama de supremacia branca. Em seus estudos ela afirma que houve um momento em que essa expressão passou a expressar melhor, na sua visão, como se dava a exploração das pessoas negras ou não brancas.

É o bastante visível (porém sutil) movimento e comportamento dito “evoluído”, distante da perpetuação da discriminação, da exploração e opressão racista, mas que com frequência “mascara o quanto a supremacia branca está completamente difundida nesta sociedade, como ideologia e também como comportamento”, (HOOKS, 2019, p. 232).

Voltando para Bernardino (2002), ele avalia que o mito da democracia racial, juntamente com a política de branqueamento desenvolvida no país trouxe algumas consequências práticas. A primeira delas foi o desenvolvimento da crença de que não existem raças no Brasil. Para o autor, essa recusa, no entanto seria estratégica, e ocorreria somente “em momentos de conceder eventuais benefícios àqueles que são identificados como membros do grupo de menor *status*”, (BERNARDINO, 2002, p. 255).

A segunda consequência, segundo Bernardino (2002), é que no lugar de raça, passou-se a admitir que no Brasil existe somente uma classificação baseada na cor, encarada meramente como uma questão de descrição objetiva da realidade, alheia a fatores políticos, econômicos ou sociais.

Já a terceira consequência, para Bernardino é o fato de que qualquer tentativa de se falar em uma raça negra no Brasil é taxada como uma mera imitação de ideias estrangeiras, uma vez que em nosso país não existiriam raças, conforme acreditam.

São esses alguns dos desafios encontrados, sobretudo pelo povo negro ou não branco, mas também por todos aqueles que se somam à luta antirracista no Brasil. E foi em meio a essas tantas barreiras que, no início dos anos de 1980 o jornal *Mulherio* se propôs a tratar desse tema tão caro.

O *Mulherio* começou a ser pensado exatamente em 1980, por pesquisadoras da Fundação Carlos Chagas (FCC) que se dedicavam a estudar a condição da mulher no Brasil. Débora Mosqueira (2016) revela que o interesse da Fundação Carlos Chagas em apoiar estudos relacionados à mulher surgiu ainda na década de 1970, com a criação do Coletivo de Pesquisas sobre a Mulher.

A primeira edição do jornal veio no ano seguinte, em 81. Foram rodadas ao todo 42 edições do jornal, em intervalos bimestrais. Todos os números foram editados exclusivamente por pesquisadoras e jornalistas mulheres.

A razão da escolha do nome *Mulherio* é informada na edição Nº 0 do periódico, publicada em março de 1981.

Mulherio. Quase sempre, a palavra é empregada com sentido pejorativo, associada a histerismo, gritaria, chatice, fofocagem ou, então, “gostosura”. Mas qual é a palavra relacionada à mulher que não tem essa conotação? O próprio verbete “mulher” é apresentado no dicionário de forma especial. Segundo o consagrado Aurélio Buarque de Holanda, mulher é: “1. Pessoa do sexo feminino, após a puberdade; 2. Esposa”. Em seguida a definição, vêm as composições usualmente feitas com a palavra: “à toa”, “da comédia”, “da rua”, “da vida”, “da zona”, “da rótula”, “do fado”, “errada”, “perdida”, etc. - todas sinônimo de meretriz. As três exceções. “mulher de César” (de reputação inatacável), “mulher do piolho” (muito teimosa) e a cinematográfica “mulher fatal”. Consulte no mesmo dicionário as composições feitas com o verbete “homem”: “de ação”, “de bem”, “de Estado”, “de letras”, “de negócios”, etc. Mulherio, por sua vez, nada mais é do que “as mulheres” ou “uma grande porção de mulheres”. É o que somos, é o que este jornal será. Sim, nós vamos nos assumir como o Mulherio e, em conjunto, pretendemos recuperar a dignidade, a beleza e a força que significam as mulheres reunidas para expor e debater seus problemas. De uma maneira séria e consequente, mas não mal-humorada, sizuda ou dogmática. (MULHERIO, março - abril de 1981, p. 01)

Esta primeira edição funciona como uma carta de intenções do jornal, que apresenta seus objetivos e fala sobre seu perfil editorial, sua estrutura e os conteúdos que pretende trazer em suas páginas.

Nessa mesma edição, Adélia Borges, primeira editora do *Mulherio*, explica que a pauta do jornal seria definida pelo Conselho Editorial composto por 16 mulheres, que eram ou jornalistas, ou professoras/pesquisadoras, todas comprometidas com a luta feminista no país.

De acordo com informações disponíveis no site da Fundação Carlos Chagas (FCC)⁵, a história do jornal é dividida em três fases. Na primeira, de março de 81 a setembro de 83, foram publicadas as 15 primeiras edições, sob a liderança da jornalista Adélia Borges e da pesquisadora Fúlvia Rosemberg. Já neste momento inicial, o projeto passa a contar com o apoio financeiro da Fundação Ford.

No ano de 1984 o jornal rompe com a FCC, dando início a segunda fase do *Mulherio*, mantendo a mesma equipe, ainda com apoio da Fundação Ford, mas com uma mudança: a jornalista Inês Castilho assume a editoria. Nessa segunda fase, em que foram editados mais 24 números do impresso, foi criado o Núcleo de Comunicação Mulherio.

⁵ Todas as edições do *Mulherio* são mantidas no acervo da Biblioteca Ana Maria Poppovic, da Fundação Carlos Chagas, e também se encontram disponíveis para consulta virtual:
<<https://www.fcc.org.br/conteudos/especiais/mulherio/capas2.html>>

Em 1988 ocorre uma nova mudança e o tabloide passa a se chamar *Nexo, Feminismo, Informação e Cultura*. Nesse terceiro momento são impressas as duas últimas edições do jornal, em junho e julho, respectivamente. Por questões financeiras (não havia mais o apoio da Fundação Ford), *Mulherio* teve seu fim decretado naquele ano.

Mulherio se destacou por ter conseguido uma durabilidade maior em relação aos demais jornais feministas da época e foi um verdadeiro sucesso editorial. Contava com algumas seções fixas, como o editorial, seção de cartas, Mulheres em Ação, Pesquisa, Leitura, Cinema, Cozinha (pequenas notas), além de reportagens especiais, artigos, dentre outros conteúdos.

Os temas eram dos mais diversos, e essa pluralidade foi demonstrada já na primeira edição do periódico. Havia, portanto, um esforço evidente do jornal em difundir os mais diversos assuntos que atravessavam a condição da mulher. É importante ressaltar, sobretudo, o grande espaço concedido a pauta de negritude em todas as edições do *Mulherio*, o que pode ser atestado pelo lugar de destaque que teve Lélia Gonzalez, que integrou inclusive o conselho editorial do impresso, e contribuiu com artigos e pesquisas importantes.

Tal abertura seria um reflexo de uma mudança de paradigmas no feminismo, quando se chegou a compreensão de que não se podia mais ignorar e tampouco secundarizar o debate racial. Para Bell Hooks, nenhuma intervenção mudou mais a cara do feminismo “do que a exigência de que pensadoras feministas reconhecessem a realidade de raça e racismo”, (HOOKS, 2018, p. 89).

Com isso, pretendemos analisar o artigo escrito por Lélia Gonzalez na quinta edição do jornal, intitulado “Democracia racial? Nada disso!”, buscando compreender a narrativa construída no texto tendo como base a Hermenêutica da Consciência Histórica e o círculo hermenêutico proposto por Paul Ricoeur (2010).

3. “Democracia racial? Nada disso!”: análise do artigo de Lélia Gonzalez publicado no *Mulherio*

Para analisar o artigo escrito por Lélia Gonzalez, seguiremos a proposta de hermenêutica da consciência histórica proposta por Paul Ricoeur em sua obra *Tempo e Narrativa* (2010). A hermenêutica ricoeuriana, segundo Gonçalves (2017), articula “as operações de compreensão e interpretação dos textos, como forma de construir a realidade e marcar a pertença ao mundo”, (GONÇALVES, 2017, p. 11).

A partir desse conceito de Ricoeur iremos analisar o artigo tomando como base o círculo hermenêutico definido pelo filósofo.

De acordo com Gonçalves (2017), o círculo hermenêutico traduz a relação intensa entre o narrador, o texto e seus leitores, e seria através da narrativa que o leitor teria acesso ao vivido e, ao mesmo tempo, por meio do vivido o leitor se ligaria ao autor.

O círculo hermenêutico envolve três fases: a mimesis I, mimesis II e a mimesis III:

o círculo hermenêutico ricoeuriano passa pela pré-compreensão comum do mundo no ato interpretativo (mimesis I), ao momento de configuração textual, que coincide com o texto construído como intriga (mimesis II) para então chegar ao processo de refiguração na recepção (mimesis III) e que envolve a papel recriador do leitor. (GONÇALVES, 2017, p. 78)

Nesse processo interpretativo, Ricoeur defende que seja dada ao leitor autonomia para que ele possa agir diante do texto, “Construindo interpretações e reconstruindo a narrativa a partir do ato de leitura”, (GONÇALVES, 2017, p. 81).

Todo um leque de casos se abre por esse fenômeno de interação: da confirmação ideológica da ordem estabelecida, como na arte oficial ou na crônica do poder, até a crítica social e mesmo a derrisão de qualquer real. Mesmo a extrema alienação com relação ao real ainda é um caso de intersecção. Essa fusão conflituosa dos horizontes não deixa de estar relacionada com a dinâmica do texto, em particular com a dialética da sedimentação e da inovação. (RICOEUR apud GONÇALVES, 2017, p. 81)

Por outro lado, Ricoeur alerta que não se pode confundir a autonomia do leitor com uma liberdade para fazer interpretações grosseiras e distantes da realidade. Haveria assim um limite, pois, como aponta o autor: “a leitura está no texto, mas a escritura do texto antecipa as leituras por vir”, (RICOEUR apud GONÇALVES, 2017, p. 82).

Ricoeur (2010) também enfatiza a importância das referências no ato de interpretação das narrativas. Poderíamos definir como referências o repertório cultural ou os projetos ético-políticos de determinado contexto histórico que nos possibilitam “compreender o sentido exposto no mundo da obra e até mesmo apreender o sujeito e sua subjetividade”, (GONÇALVES, 2017, p. 83).

Diante disso, partimos para a análise do artigo de Lélia Gonzalez. O texto saiu na quinta edição do jornal (Nº 4), em novembro de 1981, publicado na terceira página do impresso, na sessão intitulada “Negra”, da qual a autora foi uma das principais articulistas.

Democracia racial? Nada disso!

Lélia Gonzalez



Mulherio Nº 4, novembro-dezembro de 1981.
Fonte: Fundação Carlos Chagas

Lélia Gonzalez inicia o artigo fazendo menção a um material publicado na edição anterior do jornal — tratava-se de uma pesquisa realizada por ela sobre a condição da mulher negra no Brasil. A partir dos dados revelados por essa pesquisa, ela levanta uma série de questionamentos a serem feitos pelas pessoas negras.

No número passado de Mulherio a gente viu que o racismo e a discriminação racial são coisas bem concretas e responsáveis por desigualdades terríveis, que vão desde o salário que a gente ganha até os problemas de nossa estrutura familiar. Mas como é que esse racismo funciona na cabeça da gente e dos outros? Como é que se sente isso no dia-a-dia? De que maneira as mulheres e os homens brancos tratam a gente? E os homens negro? Qual tem l i d o o nosso papel na família e na comunidade a que pertencemos? (GONZALEZ, 1981, p. 3)

Na sequência, Lélia Gonzalez, no intuito de tentar ela mesma responder essas perguntas, parte para um quadro resumido da história do povo negro no Brasil. Ela volta para a época em que o europeu chegou à África, tirando as pessoas de suas terras, transformando-as em mercadorias.

Gonzalez então destaca a situação específica das mulheres negras, que foram exploradas tanto no campo, na lavoura, como dentro da casa-grande, e além de exploradas, violadas, estupradas.

A diferença entre a exploração sofrida pelo homem e a exploração da mulher negra é lembrada por Ângela Davis (2016), quando a autora fala que a postura dos senhores em relação às mulheres escravizadas se dava por conveniência, ou seja quando era lucrativo a

exploração dessas mulheres no trabalho pesado elas eram vistas como desprovidas de gênero, no entanto, “quando podiam ser exploradas, punidas e reprimidas de modos cabíveis apenas às mulheres, elas eram reduzidas exclusivamente à sua condição de fêmeas” (DAVIS, 2016, p. 19).

No artigo, Lélia Gonzalez destaca que essas mulheres, nos reinos e impérios africanos de onde vieram, eram tratadas com um grande respeito, e em muitos lugares chegavam a ter inclusive participação política.

Com isso, Gonzalez confronta o mito da democracia racial no Brasil, que levanta a bandeira da miscigenação, ignorando como se deu esse processo.

É por aí que a gente deve entender que esse papo de que a miscigenação é prova da "democracia racial" brasileira não está com nada. Na verdade, o grande contingente de brasileiros mestiços resultou de estupro, de violentação, de manipulação sexual da escrava. Por isso existem os preconceitos e os mitos relativos à mulher negra: de que ela é "mulher fácil", de que é “boa de cama” (mito da mulata), etc. e tal. (GONZALEZ, 1981, p. 3)

Em seguida, a intelectual tece uma dura crítica a alguns setores artísticos e culturais, como as escolas de samba e as gafieiras, as quais ela chama de “modernas senzalas onde os ‘sinhozinhos’ brancos vão exercitar sua dominação sexual”, (GONZALES, 1981, p. 3).

Essa crítica nos remete ao conceito de supremacia branca adotado por Bell Hooks (2019), quando ela fala que é a partir dessa supremacia que pessoas negras são socializadas para incorporar valores e práticas da branquitude, e que por isso podem acabar exercendo “controle supremacista branco” sobre outras pessoas negras.

Voltando para o artigo do jornal, mais adiante Lélia Gonzalez fala de outra “mentira histórica”, que é a de que o povo negro aceitou passivamente a escravidão e a ela se adaptou docilmente, devido à cordialidade dos senhores. “Como prova disso, dizem que a mãe-preta foi o modelo dessa aceitação. Mas a gente pergunta: ela tinha outra escolha?”, (GONZALEZ, 1981, p. 3).

Ao final do texto, Lélia Gonzalez enaltece a força da mulher negra, que sofreu todas as violações possíveis e ainda foi usada como exemplo para falsear uma realidade em torno de uma dita democracia racial.

Ao analisarmos o artigo de Lélia Gonzalez, detectamos um exemplo prático do círculo hermenêutico proposto por Paul Ricoeur (2010). O texto analisado foi construído com base nas narrativas produzidas pelos antepassados da autora a partir da experiência por eles

vivenciadas (mímesis I), enquanto a materialização dessa narrativa se deu pela configuração textual (mímesis II), e finalmente foi possível a interpretação e refiguração desse texto (mímesis III) por meio do presente artigo, que, com base em contribuições de outros autores, também questiona a dita democracia racial.

Em seu texto, Lélia Gonzalez refuta essa ideia de democracia racial com base em fatos históricos, que eram maquiados ou encobertos no sentido de negar a existência de discriminação racial no Brasil. Daí a importância da configuração de sua narrativa.

Por fim, o presente trabalho também levou a autora (em mímesis 3) a contestar a tal democracia racial, um fenômeno que é explicado por Ricoeur (2010), quando ela afirma que é apenas na leitura que o dinamismo da configuração do texto conclui seu percurso, e para além da leitura, na ação efetiva é que a configuração do texto se converte em refiguração.

Considerações finais

Por meio deste artigo, buscamos analisar o escrito de Lélia Gonzalez no jornal *Mulherio*, que já naquela época (1981) questionou o mito da democracia racial no Brasil, que vem até hoje contribuindo para a manutenção do racismo estrutural.

Essa ideia de democracia racial, tanto serve para ludibriar os incautos, como é também utilizada pelas pessoas brancas para negar a existência de discriminação racial no Brasil, é o chamado racismo por denegação, como mencionamos no início do trabalho.

Desta forma, o artigo escrito por Lélia Gonzalez naquele contexto de 1981 deve ter servido para reflexão justamente de um público de pessoas brancas que, mesmo consideradas aliadas do movimento negro, vez ou outra deveriam reproduzir algum tipo de atitude a partir desse mito da democracia racial e fortalecidas pela supremacia branca, como cita Bell Hooks (2019).

Já a partir da interpretação desse texto nos dias atuais, entendemos que talvez o mito da democracia racial ainda demore para ser erradicado, considerando que há décadas inúmeras vozes já vêm se levantando no intuito de combatê-lo.

Referências bibliográficas

BACELAR, G. O colorismo é um assunto nosso? **Portal Geledés**, 08 ago 2020. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/o-colorismo-e-um-assunto-nosso/?noamp=available>>. Acesso em: 12 jun 2021.

BERNARDINO, J. Ação afirmativa e a rediscussão do mito da democracia racial no Brasil. **Estudos Afro-Asiáticos**. Epub 16 dez. 2002. ISSN 1678-4650, v. 24, n. 2, pp. 247-273. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0101-546X2002000200002>>. Acesso em: 12 jun 2021.

DAVIS, A. **Mulheres, raça e classe**. Trad. Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2016.

GONÇALVES, T. C. A. F. A. **Litericultura**: as narrativas de um presente do passado na imprensa literária do início do século XX. Dissertação (Mestrado em Comunicação) - Universidade Federal do Piauí. Teresina, 2017.

GONZALEZ, L. A categoria político-cultural da amefricanidade. **In**: Tempo Brasileiro. Rio de Janeiro, no 92/93 (jan./jun.). 1988b, p. 69-82.

GONZALEZ, L. Democracia racial? Nada disso! **In**: Mulherio, São Paulo, nov-dez 1981. Ano I, Nº 4.

HOOKS, B. **O feminismo é para todo mundo**: políticas arrebatadoras. 1ª ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018.

HOOKS, B. **Erguer a voz**: pensar como feminista, pensar como negra. 1ª ed. São Paulo: Elefante, 2019.

LAGE, L. R. Contribuições da hermenêutica de Paul Ricoeur para uma teoria da narratividade jornalística. **Estudos de Jornalismo e Mídia**, v. 15, p. 09-19, 2018.

MÉNDEZ, C. 18 expressões racistas que você usa sem saber. **Portal Geledés**, 19 nov 2016. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/18-expressoes-racistas-que-voce-usa-sem-saber/>>. Acesso em: 13 jun 2021.

RICOEUR, P. A marca do passado, Tradução de Breno Mendes e Guilherme da Cruz e Zica. **História da Historiografia**, n. 10, p. 329-350, 2012.

RICOEUR, P. **Tempo e narrativa**: o tempo narrado. Tomo I. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010a.

RICOEUR, P. **Tempo e narrativa**: o tempo narrado. Tomo II. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010b.

RICOEUR, P. **Tempo e narrativa**: o tempo narrado. Tomo III. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010c.

SALES JR, R. Democracia racial: o não-dito racista. **Tempo Social**. Epub nov 2006. ISSN 1809-4554, v. 18, n. 2, pp. 229-258. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0103-20702006000200012>>. Acesso em: 12 jun 2021.